

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Gestão de Parcerias e Contratos

Gerência de Elaboração de Parcerias e Contratos

Termo de Autorização - Padrão 17/2002 SEI-GDF nº 23/2019
- SEC/SUAG/DGPC/GEPC

Brasília-DF, 08 de fevereiro de
2019

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 02/2019-SEC, QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA e a pessoa física CAROLINA MERCADO FAUSTINO, nos termos do Padrão nº 17/2002:

PROCESSO: 00150-00000473/2019-01

Cláusula Primeira – Das Partes

O DISTRITO FEDERAL, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 03.658.028/0001-09, com sede no Setor Cultural Norte, Via N2, Anexo do Teatro Nacional Cláudio Santoro, representada por **ADÃO CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS**, na qualidade de Secretário de Estado de Cultura, conforme delegação de competência outorgada pelo Senhor Governador, através do Decreto nº 32.598, de 15/12/2010, doravante denominada simplesmente SECRETARIA, de um lado, e a pessoa física **CAROLINA MERCADO FAUSTINO**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1964740-SSP-DF e do CPF nº 724.988.031-49, doravante designado simplesmente AUTORIZATÁRIO(A), de outro.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

A presente Autorização obedece aos termos do Art.48 da Lei Orgânica do Distrito Federal e do Decreto nº 17.079, de 28/12/1995.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Termo tem por objeto a autorização de uso da área pública do **CENTRO DE DANÇA DO DISTRITO FEDERAL - Sala nº 02**, com a finalidade de realização do **WORKSHOP com KAPELA MARNA**.

Cláusula Quarta - Do prazo de vigência

4.1 - O Termo terá vigência até **09/02/2019**, a contar da data de sua assinatura, facultada sua prorrogação mediante manifestação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o interesse da Administração e da legislação pertinente.

4.2 – O prazo concedido será do dia **09/02/2019, das 13:00 às 18:00 horas**.

Cláusula Quinta – do Valor

5.1 - Fica estipulado o preço público mínimo de **R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)**, pela ocupação da área, obtido pela aplicação dos coeficientes estabelecidos nos termos do Artigo 6º da Portaria nº 381, de 25/10/2018, sendo cobrado o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por hora para atividades com cobranças de taxas.

5.2 - Será cobrado o percentual de **15% (quinze por cento)** sobre o valor bruto da bilheteria, nos casos em que houver cobrança de ingresso, caso o percentual de recolhimento de que

trata o art. 6º, inciso I da Portaria nº 381, de 25/10/2018, seja superior ao preço público mínimo. O proponente complementarará o pagamento até o limite do percentual de recolhimento estabelecido no prazo de até 5 dias úteis após o término do uso, ou conforme o disposto no edital ou no instrumento jurídico de formalização do uso.

5.3 - Será cobrado pela Autorizatória(o) o valor de **R\$50,00 (cinquenta reais)** como ingresso inteira.

Cláusula Sexta – Do pagamento

6.1 - O pagamento será feito em uma parcela, por meio de Documento de Arrecadação - DAR, nas agências do Banco de Brasília - BRB, devendo ser recolhida no ato da assinatura do presente Termo.

6.2 - O comprovante de pagamento deverá ser entregue à Secretaria de Estado de Cultura, logo após a sua efetivação.

6.3 - O atraso no pagamento acarreta a incidência cumulativa de juros de mora de 1% ao mês ou fração, atualização monetária e multa de 10% sobre o valor a ser recolhido.

Cláusula Sétima – Da garantia

No ato de assinatura do instrumento jurídico, o proponente deverá deixar sob caução um cheque no valor de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)** como garantia patrimonial de eventuais danos ocasionados no espaço público de cultura, conforme estabelecido na Portaria nº 381, de 25/10/2018.

Cláusula Oitava – Das obrigações e Responsabilidades da Autorizatória

A Autorizatória se obriga:

I - a cobrir toda e qualquer despesa relativa à manutenção e à conservação do objeto desta Cessão, bem como os danos porventura causados por seus agentes;

II - cumprir as normas de posturas, saúde, segurança pública, trânsito, metrologia, edificações, meio ambiente e todas aquelas inerentes à atividade que será desenvolvida;

III - consultar a Secretaria antes de proceder a qualquer alteração da área objeto da Autorização;

IV - entregar ao Distrito Federal o objeto da Autorização imediatamente após o final de sua vigência sendo obrigatório o recolhimento de todos os equipamentos utilizados durante a vigência deste termo, bem como a limpeza total do espaço.

Cláusula Nona – Da Alteração

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do objeto.

Cláusula Décima – Da Dissolução

A Autorização poderá ser dissolvida de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, observadas as disposições deste Termo.

Cláusula Décima Primeira – Da Rescisão Unilateral

10.1 - O Distrito Federal poderá rescindir, unilateralmente, a Autorização, verificado o descumprimento de quaisquer das cláusulas constantes deste Termo, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93, no Decreto nº 17.079/95 e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

10.2 – A rescisão unilateral poderá ocorrer a qualquer tempo, a juízo do Distrito Federal, mediante revogação deste Termo, sem que assista à Autorizatória o direito à indenização de qualquer espécie, inclusive por benfeitorias ou acessões.

Cláusula Décima Segunda – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Autorizatória para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Termo.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

Poderá ser aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, por descumprimento das obrigações assumidas neste Instrumento, sem prejuízo das penalidades previstas no Artigo 86 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 26.851/2006 e alterações, Decreto nº 17.079/1995 e Decreto nº 25.792/2005, facultada à Secretaria, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quarta – Da Publicidade

A eficácia da Autorização fica condicionada a sua divulgação, pela Secretaria, por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Cláusula Décima Quinta – Do Cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031/2012).

Cláusula Décima Sexta – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo Distrito Federal: **ADÃO CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS**

Pela Autorizatória: **CAROLINA MERCADO FAUSTINO**



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Mercado Faustino, Usuário Externo**, em 08/02/2019, às 12:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ADÃO CANDIDO LOPES DOS SANTOS - Matr.:242.356-1, Secretário(a) de Estado de Cultura**, em 11/02/2019, às 16:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **18163274** código CRC= **530FBB78**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCTN, Via N2, Anexo do Teatro Nacional - Bairro Asa Norte - CEP 70070-200 - DF

00150-00000473/2019-01

Doc. SEI/GDF 18163274